

RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.818 - PB (2015/0080069-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : PETROLEUM COMERCIO E REPRESENTACOES LIMITADA - ME
ADVOGADOS : MANOEL BARBOSA DE ARAÚJO E OUTRO(S) - PB002230
ALEXANDRE VIEIRA DE QUEIROZ E OUTRO(S) - DF018976
CAMILLA ROSE EWERTON FERRO RAMOS - MA007414
ADVOGADA : ARIELLE SILVA VIEIRA E OUTRO(S) - DF034431
RECORRIDO : COSAN COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES S/A
ADVOGADOS : DÉCIO FLAVIO GONÇALVES TORRES FREIRE - MG056543
GIOVANNI ETTORE NANNI E OUTRO(S) - SP128599
ADVOGADOS : ISABELA BRAGA POMPILO E OUTRO(S) - DF014234
DÉCIO FREIRE E OUTRO(S) - PE000815A

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por PETROLEUM COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LIMITADA - ME com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra v. acórdão do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, assim ementado:

"1ª PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE RECURSAL. INOCORRÊNCIA. AQUISIÇÃO DO ATIVO DA ESSO PELA COSAN. SUCESSÃO PROCESSUAL. REGULARIDADE. REJEIÇÃO.

- A sucessão, por incorporação, de empresas, implica a extinção da personalidade jurídica da incorporada e a transmissão de seus direitos e obrigações à incorporadora, de modo que se reconhece legitimidade da COSAN - Combustíveis e Lubrificações S/A, que sucedeu a ESSO Brasileira de Petróleo Ltda., no período de tramitação deste processo, porquanto incorporou todo o patrimônio ativo e passivo da incorporada.

2ª PRELIMINAR. FALTA DE PRESSUPOSTO RECURSAL EXTRÍNSECO. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO EM NOME DA SUBSCRITORA DO APELO. INOCORRÊNCIA. REJEIÇÃO.

- O suposto vício, sanável, de representação, suprido pela apelante por iniciativa própria, ao juntar aos autos instrumento de substabelecimento procuratório com poderes para a causídica subscritora do recurso, afasta eventual irregularidade para outorgar pressuposto processual recursal.

3ª PRELIMINAR. CERCEAMENTO DE DEFESA. DESPACHO DETERMINANDO ESPECIFICAÇÃO DE PROVAS. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO EM NOME DO ATUAL ADVOGADO DA PARTE. PREJUÍZO INEXISTENTE. APLICAÇÃO DOS

PRINCÍPIOS DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E DO PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA. INOCORRÊNCIA. REJEIÇÃO.

- O processo é regido pelo princípio da instrumentalidade das formas e do prejuízo. Assim, os atos processuais não são um fim em si mesmo, mas um meio para chegar-se ao objetivo final, havendo nulidade dos atos apenas quando tal desiderato não for alcançado ou haja prejuízo para uma das partes na prática do ato.

- A publicação da nota de foro em nome de outro advogado não gera nulidade processual quando corretas as demais informações, e a prática do ato alcançou seu objetivo de informar à parte sobre o despacho, apresentando ela petição.

- Constatando-se que o Juiz a quo concedeu aos litigantes oportunidade para a produção de provas em audiência, em respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, não há que se falar em cerceamento de defesa, nem em nulidade da sentença proferida, ainda mais quando o advogado requerente da produção de provas não tinha habilitação nos autos, e também por constituir-se matéria preclusa.

4ª PRELIMINAR. NULIDADE DA SENTENÇA. DECISÃO PROFERIDA POR MAGISTRADO EM SUBSTITUIÇÃO. ENTREGA E PUBLICAÇÃO DO JULGADO EM MOMENTO POSTERIOR AO TÉRMINO DA SUBSTITUIÇÃO. AUSÊNCIA DE REQUISITO DE VALIDADE. ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR PARA DECRETAR-SE A NULIDADE DA SENTENÇA.

- Tendo o Juiz Substituto sido designado pela Presidência do Tribunal de Justiça para exercício na unidade judiciária no período de 12/07/2006 a 29/07/2006, e prolatado sentença com esta última data, mas somente entregue no cartório no dia 23/08/2006, conforme certidão emitida pela analista cartorial, quando não mais detinha jurisdição, a sentença se apresenta inexistente ou nula, Por não atender ao requisito de agente capaz para reconhecimento da licitude judicial.

- A conduta do Magistrado afronta diretamente a Súmula 20 do Tribunal de Justiça da Paraíba, nos seguintes termos: "É nula de pleno direito e, por conseguinte, não surte qualquer efeito jurídico, a sentença que, embora assinada em data anterior, somente é entregue ao escrivão quando seu subscritor não mais exercia jurisdição na respectiva unidade judiciária." - O fato de o Tribunal, em sede de agravo de instrumento, anteriormente, ter determinado a juntada da sentença, decisão ad quem que não operou coisa julgada - visto depender de Agravo Regimental em RE perante o STF, por versar sobre pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, portanto, matéria de ordem pública (art. 267, § 3º, do CPC) - não configura

o instituto da preclusão, podendo a matéria ser apreciada a qualquer momento nas instâncias ordinárias, particularmente em grau de apelação." (fls. 869 - 871)

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega violação dos arts. 13, 37, 132, 243 e 535, II, do Código de Processo Civil de 1973, sustentando, em síntese, (a) a ocorrência de omissão no acórdão recorrido, (b) violação ao princípio do juiz natural pois "*a em. Relatora, Desembargadora Maria das Neves do Egito de A. D. Ferreira, quando do julgamento do feito, já havia retornado as suas atividades judicantes*" e (c) ocorrência de preclusão quanto à alegação de cerceamento de defesa (fls. 1095-1134).

Apresentadas contrarrazões às fls. 1141-1173.

É o relatório.

Inicialmente, não se vislumbra a alegada violação ao art. 535, II, do CPC/73, na medida em que a eg. Corte de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas. De fato, inexistente qualquer omissão no aresto recorrido, porquanto o Tribunal local, malgrado não ter acolhido os argumentos suscitados pela recorrente, manifestou-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Impende ressaltar que "*se os fundamentos do acórdão recorrido não se mostram suficientes ou corretos na opinião do recorrente, não quer dizer que eles não existam. Não se pode confundir ausência de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte*" (AgRg no Ag 56.745/SP, Relator o eminente Ministro CESAR ASFOR ROCHA, DJ de 12.12.1994).

No tocante à alegada afronta ao princípio do juiz natural, o eg. Tribunal de origem consignou:

"Como a Desembargadora Maria das Neves do Egito de Araújo Duda Ferreira, então relatora do feito, encontrava-se afastada das suas funções judicantes, por motivos das suas férias, convocou-se o Juiz Aluizio Bezerra Filho para substituí-la, nos termos do art. 118 da LOMAN.

A ratificação do relatório, pelo Juiz Convocado Aluizio Bezerra Filho, em momento algum causou mácula ao princípio do juiz natural, porquanto tal prática, que constitui a praxe desta Corte, encontra assento nas exceções previstas no art. 132 do Código de Processo Civil, cuja redação dispõe o seguinte:

Superior Tribunal de Justiça

Art. 132. O juiz, titular ou substituto, que concluir a audiência julgará a lide, salvo se estiver convocado, licenciado, afastado por qualquer motivo, promovido ou aposentado, casos em que passará os autos ao seu sucessor.

Assim, como a Desembargadora Maria das Neves do Egito de Araújo Duda Ferreira encontrava-se afastada, cabível e recomendável o julgamento do feito pelo Juiz Aluizio Bezerra Filho, principalmente para dar concretude ao princípio da celeridade processual, de status constitucional." (fl. 949)

Nesse contexto, a modificação do entendimento lançado no v. acórdão recorrido demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7 deste Pretório.

Por fim, quanto à alegada violação ao art. 243 do CPC/73, verifica-se que o conteúdo normativo do dispositivo invocado no apelo nobre não foi apreciado pelo Tribunal *a quo*, tampouco a questão foi suscitada nos embargos declaratórios para sanar eventual omissão. Dessa forma, à falta do indispensável prequestionamento, incide, por analogia, o óbice das Súmulas 282 e 356 do STF.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator